

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014**

Senhores Acionistas,

A Diretoria da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras e as respectivas notas explicativas, às quais se incorporam os pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, referentes à situação patrimonial e financeira da Empresa, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A receita bruta da Infraero, em 2014, chegou a R\$ 2.992,7 milhões, com variação negativa de 3,4%, principalmente em função da transferência dos aeroportos do Galeão e de Confins a partir de agosto. Comparando os resultados, sem considerar os aeroportos concedidos, a receita bruta apresentou crescimento de 7,8% em relação ao ano anterior. Os custos tiveram variação negativa de 1%, chegando a R\$ 2.186,5 milhões. Sem os aeroportos concedidos cresceu 13,4% em decorrência, principalmente, da baixa adesão de empregados à proposta das novas concessionárias dos aeroportos concedidos.

Pautado em estratégias que se alinham com as do Governo Federal, a execução dos investimentos visou suprir as necessidades impostas pelo aumento da demanda nos aeroportos brasileiros e pela necessidade de manutenção da qualidade, segurança, conforto e eficiência operacional da rede de aeroportos e unidades de navegação.

Nesse sentido, foram aplicados R\$ 2.185,6 milhões na infraestrutura aeroportuária, sendo R\$ 1.424,6 milhões em empreendimentos e equipamentos que integram o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, R\$ 760,3 milhões na integralização do capital social das concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas, Guarulhos, Galeão e Confins, e R\$ 0,8 milhões em obras realizadas com recursos de convênios. Para financiar esta execução, que traduz os investimentos estratégicos do Governo Federal, a União aportou R\$ 1.750,9 milhões no capital social da Infraero, no ano de 2014.

Em relação ao desempenho operacional verificou-se queda do movimento de passageiros, em 2014, de 3,1%. Sem os aeroportos concedidos, o crescimento foi de 6,5%, em virtude, principalmente, dos eventos ocorridos, no ano, como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol. Já no segmento de carga aérea, houve redução de 10,9% em função

da queda no volume de importação e de carga nacional. Sem os aeroportos concedidos a redução foi de 2,5%. O segmento de aeronaves, nos dois cenários, também apresentou redução em função da queda do movimento doméstico.

O EBITDA Ajustado, calculado antes de juros, impostos, depreciação, provisões, amortização, PDITA (Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria), OBU (Obras em Bens da União) e do Resultado de Equivalência Patrimonial, apresentou resultado de R\$ 68,9 milhões, ante R\$ 171,4 milhões apurado em 2013, gerando margem de 2,3%.

O Prejuízo Líquido (antes dos investimentos para União) do período foi de R\$ 886,5 milhões, com destaque para os seguintes fatores: constituição de provisão de devedores duvidosos para dívidas em aberto de empresas em processo de falência ou recuperação judicial; provisão do incentivo dos empregados que aderiram ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA; perda com equivalência patrimonial com base nos resultados apurados pelas concessionárias dos aeroportos concedidos, nas quais a Infraero mantém participação acionária de 49%; provisão de benefício pós-emprego; perdas de baixa de imobilizado no montante de R\$ 40,8 milhões referente à baixa de bens do Aeroporto de Natal em razão da sua desativação, bem como alguns bens do Aeroporto de Brasília; dentre outros.

A Infraero detém 49% do capital social nas Sociedades de Propósito Específico – SPE das concessionárias dos aeroportos concedidos. Foram aportados, em 2014, R\$ 177,1 milhões para constituição do capital da SPE Galeão e R\$ 129,1 milhões para SPE Confins. Para a SPE Brasília já foram aportados desde 2012 R\$ 339,6 milhões, R\$ 570,2 milhões na de Campinas e R\$ 595,6 milhões na de Guarulhos, totalizando o montante de R\$ 1.811,6 milhões.

A publicação completa das demonstrações financeiras, incluindo o Relatório da Administração, está contida na edição do Diário Oficial da União de 27 de março de 2015.

A Administração da Infraero agradece aos clientes, usuários, parceiros e comunidade pelo apoio e confiança depositados e, em especial, aos empregados, pela dedicação e esforço empreendidos ao longo do ano.

A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

 Em 31 de dezembro de 2014  
 (Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.214	47.224	221.646
Contas a receber	5	242.647	332.534	685.910
Impostos, taxas e contribuições	7a	86.132	78.295	156.296
Estoques	6	53.892	61.582	59.778
Despesas antecipadas	9	6.550	17.140	6.297
Outros		345	1.831	-
		<b>421.779</b>	<b>538.607</b>	<b>1.129.927</b>
<b>Não Circulante</b>				
Contas a receber	5	10.027	15.494	19.251
Aplicações	4	56.209	52.244	49.415
Depósitos judiciais	14	220.814	194.695	172.054
Investimentos	10	1.768.773	1.249.108	444.281
Imobilizado	11	420.211	224.576	590.895
Intangível	11	4.492	58.087	32.656
		<b>2.480.526</b>	<b>1.794.204</b>	<b>1.308.554</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>2.902.305</b>	<b>2.332.811</b>	<b>2.438.481</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

PASSIVO	Notas	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Circulante</b>				
Recursos de terceiros	12	729.497	160.009	69.455
Fornecedores de bens e serviços		312.866	342.184	435.714
Encargos trabalhistas		162.634	149.505	150.021
Impostos, taxas e contribuições	7c	118.948	122.062	119.479
Previdência complementar		11.460	11.328	16.720
Participação nos lucros		225	286	6.698
Cauções de terceiros		20.536	18.893	18.162
Juros sobre capital próprio e dividendos		-	-	25.590
Provisão para indenizações	13	269.894	191.282	-
Outras obrigações		27.096	9.998	7.370
		<b>1.653.154</b>	<b>1.005.546</b>	<b>849.209</b>
<b>Não Circulante</b>				
Provisões para contingências	14	204.402	326.914	272.128
Previdência complementar		-	508	31.657
Benefício pós-emprego	21d	968.237	1.210.974	1.492.584
Participação nos lucros		-	60	172
Recursos para Aumento de Capital		41.730	-	-
Impostos, taxas e contribuições - LP	7c	18.371	-	-
Outras Obrigações - LP		12.804	-	-
		<b>1.245.545</b>	<b>1.538.456</b>	<b>1.796.542</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital social	15a	2.738.288	1.819.506	1.009.336
Reservas de lucros		-	-	275.979
Prejuízos acumulados		(2.427.347)	(2.747.728)	(268.896)
Ajuste de avaliação patrimonial	21d	(307.335)	(738.636)	(1.223.689)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.455.666	-
<b>Total do Patrimônio</b>		<b>3.606</b>	<b>(211.192)</b>	<b>(207.269)</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.902.305</b>	<b>2.332.811</b>	<b>2.438.481</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

 Em 31 de dezembro de 2014  
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Notas	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
			(reapresentado)	(reapresentado)
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<b>2.923.636</b>	<b>3.031.311</b>	<b>4.116.116</b>
<b>( - ) Custos operacionais</b>	19	<b>(2.186.490)</b>	<b>(2.207.614)</b>	<b>(2.687.168)</b>
<b>( = ) Lucro bruto</b>		<b>737.146</b>	<b>823.697</b>	<b>1.428.948</b>
Despesas com planejamento e orientação técnico operacional	19	(315.675)	(305.066)	(263.436)
Administrativas	19	(544.082)	(563.121)	(535.826)
Comerciais	19	(65.953)	(64.793)	(61.308)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(175.481)	(386.950)	(54.985)
Provisão para estoques	6	(3.798)	(901)	-
Provisão / reversão para contingências		100.841	(76.355)	(42.438)
Provisão para Indenizações ( Programa de Incentivo a Transferência ou Aposentadoria )		(133.511)	(333.151)	(13.280)
Provisão / reversão para imobilizado ( Impairment )	11	51.716	(452.887)	-
Provisão benefício pós emprego		(188.564)	(203.443)	(134.626)
Receitas eventuais		13.542	21.684	13.544
Resultado de equivalência patrimonial	10	(238.495)	122.411	(12.011)
Participação nos lucros		-	-	(6.829)
Outras receitas / (despesas)	20	(3.540)	54.213	(46.910)
<b>Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas</b>		<b>(765.851)</b>	<b>(1.364.662)</b>	<b>270.844</b>
Resultado financeiro líquido	18	(120.604)	27.687	111.149
<b>Resultado operacional antes dos investimentos em Bens da União</b>		<b>(886.456)</b>	<b>(1.336.976)</b>	<b>381.993</b>
Recursos aplicados em bens da União	24	(1.197.121)	(1.430.191)	(282.163)
<b>Prejuízo/Lucro operacional (antes dos impostos)</b>		<b>(2.083.576)</b>	<b>(2.767.167)</b>	<b>99.830</b>
( - ) Imposto de renda e contribuição social	7d	-	-	(56.787)
<b>Prejuízo/Lucro Líquido</b>		<b>(2.083.576)</b>	<b>(2.767.167)</b>	<b>43.042</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL**

 Em 31 de dezembro de 2014  
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Dividendos a disposição	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do Patrimônio Líquido
<b>Saldos em 01/01/2013</b>	<b>1.009.336</b>	<b>206.058</b>	<b>69.921</b>	<b>(268.896)</b>	<b>(1.223.689)</b>	<b>-</b>	<b>(207.269)</b>
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	485.053	-	485.053
Aumento de capital	810.170	-	-	-	-	-	810.170
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	1.455.666	1.455.666
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(2.754.811)	-	-	(2.754.811)
Absorção de prejuízo	-	(206.058)	(69.921)	275.979	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2013</b>	<b>1.819.506</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.747.728)</b>	<b>(738.636)</b>	<b>1.455.666</b>	<b>(211.192)</b>
Benefício pós-emprego	-	-	-	-	431.301	-	431.301
Aumento de capital AGE de 28.04.2014	1.455.666	-	-	-	-	(1.455.666)	-
Aumento de capital AGE de 18.12.2014	1.867.073	-	-	-	-	-	1.867.073
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	(2.083.576)	-	-	(2.083.576)
Absorção de prejuízo	(2.403.957)	-	-	2.403.957	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2014</b>	<b>2.738.288</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.427.347)</b>	<b>(307.335)</b>	<b>-</b>	<b>3.606</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES**

 Em 31 de dezembro de 2014  
 (Em milhares de reais)

	Notas Explicativas	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>Prejuízo / Lucro do exercício</b>		<b>(2.083.576)</b>	<b>(2.767.167)</b>	<b>43.042</b>
Ajuste Benefício Pós Emprego	21d	(28.953)	(145.029)	(133.353)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>(2.112.529)</b>	<b>(2.912.196)</b>	<b>(90.311)</b>
<b>Total do resultado abrangente atribuível a:</b>				
Acionistas da Companhia		(2.112.529)	(2.912.196)	(90.311)
		<b>(2.112.529)</b>	<b>(2.912.196)</b>	<b>(90.311)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

 Em 31 de dezembro de 2014  
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias</b>	(886.456)	(1.336.976)	381.993
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>			
Depreciação e amortização	101.268	90.980	111.179
Valor residual dos bens baixados	40.779	5.904	65.338
Perda por redução do ativo imobilizado	-	452.887	-
Resultado de equivalência	238.495	(122.411)	12.011
Benefício Pós-Emprego	188.564	203.443	134.626
Juros sobre capital próprio	-	-	1.183
	<b>(317.350)</b>	<b>(706.172)</b>	<b>706.329</b>
<b>Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo</b>			
Contas a receber	(80.127)	656.464	59.311
Estoques	7.691	(1.804)	11.003
Outras contas a receber	276	62.843	(90.419)
Depósitos judiciais	(26.118)	(22.641)	(35.695)
Provisões em diversos responsáveis	(681)	3.836	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	176.161	(303.168)	(171.268)
Fornecedores	(29.317)	(93.530)	97.808
Obrigações tributárias	(3.115)	2.584	(9.643)
Obrigações sociais	13.128	(515)	10.557
Outras contas a pagar	49.916	3.359	8.219
Provisão para contingências	(122.512)	54.786	19.528
Provisão para indenização	78.612	191.282	-
Previdência complementar	(376)	(36.541)	36.996
Provisão do IR e CSLL	-	-	(56.787)
	<b>63.539</b>	<b>516.953</b>	<b>(120.389)</b>
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>(253.812)</b>	<b>(189.219)</b>	<b>585.941</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>			
Aquisições de investimentos	(758.277)	(670.406)	(378.838)
Aquisições de bens do imobilizado	(330.828)	(170.641)	(212.720)
Aquisições de bens do intangível	46.859	(38.240)	(13.446)
Receitas Ataero	-	-	91.942
Investimentos - Ataero	-	-	(795.125)
Varição em recursos de terceiros	569.488	90.555	8.690
Obras em bens da União	(1.197.121)	(1.430.191)	(282.163)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(1.669.880)</b>	<b>(2.218.924)</b>	<b>(1.581.660)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Integralização de capital	918.781	810.170	-
Absorção do prejuízo pelo capital social	2.403.957	-	-
Recursos para aumento de capital	(1.413.936)	1.455.666	-
Juros sobre capital próprio	-	(25.590)	(38.433)
Participação nos lucros	(121)	(6.524)	(2.459)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>1.908.682</b>	<b>2.233.722</b>	<b>(40.892)</b>
<b>Redução líquido de caixa</b>	<b>(15.010)</b>	<b>(174.422)</b>	<b>(1.036.612)</b>
Caixa no início do período	47.224	221.646	1.258.258
Caixa no final do período	32.214	47.224	221.646
<b>Redução líquido de caixa</b>	<b>(15.010)</b>	<b>(174.422)</b>	<b>(1.036.612)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS**

 Em 31 de dezembro de 2014  
 (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Notas Explicativas	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>( = ) Receitas</b>				
Receitas Operacionais		2.992.705	3.097.358	4.365.362
Outras Receitas		62.740	101.359	44.453
		<b>3.055.444</b>	<b>3.198.717</b>	<b>4.409.816</b>
<b>( - ) Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Materiais e serviços de terceiros		(1.054.785)	(1.202.255)	(1.535.784)
Perdas		(24.414)	-	-
Outras despesas		(52.738)	(25.462)	(77.819)
		<b>(1.131.937)</b>	<b>(1.227.717)</b>	<b>(1.613.603)</b>
<b>( = ) Valor adicionado bruto</b>		<b>1.923.508</b>	<b>1.971.000</b>	<b>2.796.212</b>
<b>( - ) Retenções</b>				
Provisão para contingências	14	100.841	(76.355)	(42.438)
Provisão / reversão para contingências	10	51.716	(452.887)	-
Provisão / reversão para imobilizado ( Impairment )	5c	(175.481)	(386.950)	(54.985)
Provisão Indenização		(133.511)	(333.151)	(13.280)
Provisão benefício pós emprego		(188.564)	(203.443)	(134.626)
Estoques	6	(3.798)	(901)	-
<b>( - ) Depreciação e amortização</b>	11c	<b>(101.268)</b>	<b>(90.980)</b>	<b>(111.179)</b>
<b>( = ) Valor adicionado líquido</b>		<b>1.473.445</b>	<b>426.332</b>	<b>2.439.706</b>
<b>( +/- ) Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Receitas financeiras	18	61.753	106.236	124.313
Resultado de equivalência	10	(238.495)	122.411	(12.011)
		<b>1.296.703</b>	<b>654.979</b>	<b>2.552.008</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
Salários e encargos		1.879.067	1.814.494	1.877.826
		<b>1.879.067</b>	<b>1.814.494</b>	<b>1.877.826</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Tributos		121.734	98.911	335.813
		<b>121.734</b>	<b>98.911</b>	<b>335.813</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Despesas financeiras	18	182.357	78.549	13.164
Obras em bens da União	24	1.197.121	1.430.191	282.163
		<b>1.379.478</b>	<b>1.508.740</b>	<b>295.327</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>				
Juros sobre o capital próprio		-	-	25.590
Lucro / (prejuízo) do exercício		(2.083.576)	(2.767.167)	17.452
		<b>(2.083.576)</b>	<b>(2.767.167)</b>	<b>43.042</b>
<b>Valor adicionado total distribuído</b>		<b>1.296.703</b>	<b>654.979</b>	<b>2.552.008</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL 2014 E 2013**  
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Nota 1 – Contexto Operacional e Institucional**

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero é uma empresa pública de propriedade da União instituída nos termos da Lei nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, organizada sob a forma de sociedade anônima, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República – SAC-PR. A Infraero tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades correlatas ou afins que lhe forem conferidas pela SAC-PR.

Atualmente, administra 60 aeroportos e 28 terminais de logística de carga, bem como diversas unidades de navegação aérea. Os Grupos de Navegação Aérea – GNA e as Unidades Técnica de Aeronavegação – UTA, em 2013, passaram a operar sob a forma de Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo – EPTA. Totalizam, atualmente, 72 EPTAs, dentre as quais seis (6) pertencem a terceiros e são operadas pela Infraero mediante convênio ou contrato.

Com a concessão de aeroportos realizada pelo Governo Federal, a Empresa tornou-se acionista de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) concessionárias dos aeroportos de Brasília, Guarulhos, Viracopos, Galeão e Confins, e conta com 49% do capital social de cada um, participando da governança com poder de decisão, que foram estabelecidos em acordos de acionistas firmados entre as partes, entretanto sem possuir o controle dos aeroportos. Ressalta-se que a Infraero ainda é responsável pela operação de navegação aérea nos aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Galeão.

O modelo de regulação das tarifas aeroportuárias e o reajuste anual, utilizando-se do índice de inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), do IBGE, considerando a incidência do Fator-X de produtividade, foi definido pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, quando da publicação da Resolução nº 180, de 25/11/2011. Entretanto em 2014, as tarifas aeroportuárias não sofreram reajuste.

Ao longo do exercício de 2014 foram investidos R\$ 2.184.780 mil, sendo R\$1.424.511 mil em obras, serviços de engenharia, equipamentos e R\$ 760.269 mil em aporte de capital nas SPE's nas concessionárias dos aeroportos de Brasília, Campinas, Confins e Galeão.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

Adicionalmente, a Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

Objetivando adequar a Empresa ao novo cenário da aviação civil a Administração contratou consultoria especializada para atuar em três frentes de trabalho, sendo a primeira direcionada à reorganização administrativa, a segunda à aplicação de metodologia de gerenciamento de projetos e, a última, à melhoria dos resultados econômico-financeiros, na qual envolve iniciativas de gerenciamento matricial de receitas e de despesas.

O novo modelo operacional fundamenta-se em estudos com vistas a tornar a Infraero mais competitiva, com otimização de tempo de resposta para as decisões estratégicas da empresa, maior autonomia para os aeroportos, metas direcionadoras de sustentabilidade e prêmios por desempenho, além de um melhor aproveitamento das oportunidades comerciais, com especialização e inserção de parcerias.

**Nota 2 – Principais Práticas Contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e suas alterações, nº 11.941/09 e suas alterações complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Dentre as principais práticas adotadas para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos:

- Apuração do Resultado**  
O resultado do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorreram, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou do pagamento.
- Ativo e Passivo Circulante e Não Circulante**  
Os direitos e as obrigações são demonstrados pelos valores calculáveis e de realização, incluindo os rendimentos, os encargos e as variações monetárias incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis. A classificação do curto e longo prazo obedece aos artigos 179 e 180 da Lei nº 6.404/76, alterados pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.
- Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações**  
Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Empresa. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço.
- Contas a Receber**  
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Incluem as contas a receber decorrentes das operações de receitas comerciais, embarque, armazenamento e capatazia, pouso e permanência, comunicação e auxílio para navegação aérea, exploração de serviços, conexão e cursos e treinamentos.  
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.
- Estoques**  
Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio ponderado ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor.
- Investimentos**  
Os investimentos da Empresa são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC nº 18 – Investimento em Coligada e em Controlada.  
Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Empresa.  
A participação societária é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro (prejuízo) líquido. As demonstrações contábeis são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Empresa. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Empresa.  
Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Empresa. A Empresa determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos sofreram perdas por redução ao valor recuperável.

Se assim for, a Empresa calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorre a perda de influência significativa sobre as investidas a Empresa avalia e reconhece o investimento pelo valor justo, sendo reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente.

- Imobilizado**  
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.  
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. O custo desses bens inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos materiais.
- Intangível**  
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.  
Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.  
Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.  
Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.
- Provisões Cíveis e Trabalhistas**  
A Empresa reconhece provisões cíveis e trabalhistas.  
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
- Outros Ativos e Passivos**  
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.  
Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.
- Imposto de Renda e Contribuição Social**  
A tributação sobre o lucro do exercício refere-se ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.  
Os impostos diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de apuração e diferenças temporárias e são constituídos, quando aplicáveis, em conformidade com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.  
As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.
- Benefício a Empregados**  
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.  
A Infraero contrata anualmente empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Empresa de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC nº 33. Dessa forma, os benefícios pós-emprego de responsabilidade da Empresa relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, para as Demonstrações Contábeis de 2014, serão avaliados de acordo com os critérios estabelecidos nesse normativo.  
A Empresa patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Empresa faz contribuições ao INFRAPREV, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.  
Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33.  
O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.  
O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.  
Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.  
O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Empresa e não podem ser pagos diretamente a Empresa. O valor justo se baseia

em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado abrangente:

Ganhos e perdas atuariais – são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou e, incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais;

Também são concedidos benefícios de plano de assistência à saúde, odontológica e participação no resultado.

O plano de assistência médica é administrado pela própria Empresa. Tanto o plano de assistência médica quanto o odontológico são financiados em regime de caixa.

m) Reconhecimento de Receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

i. Receita da prestação de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

ii. Receita financeira

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

n) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC nº 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

o) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

p) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

**Julgamentos**

Na elaboração das demonstrações contábeis da Empresa, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Empresa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Não Circulante - Imobilizado, provisão necessária para realização dos ativos, passivos contingentes, determinações de provisão para o imposto de renda e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação a essas estimativas.

**Estimativas e premissas contábeis significativas**

i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Empresa ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

ii) Provisão para indenizações ao Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria - PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, Galeão/RJ e Confins/MG administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizando como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2014, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes benefícios: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição sobre o aviso prévio indenizado.

q) Ativos não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis foram recuperados por meio de uma transação de venda em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data da classificação.

Na demonstração do resultado do exercício corrente e exercício anterior, as receitas e despesas de operações descontinuadas são divulgadas em separado das demais receitas e despesas. O lucro ou prejuízo resultante (após os impostos) é divulgado separadamente na demonstração do resultado.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

**Nota 3 – Informações para Efeito de Comparabilidade**

Em 2014, a Empresa realizou ajustes que impactaram nas demonstrações de exercícios anteriores. Dessa forma, apresentamos a reconciliação do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultados consolidados, dos exercícios tornados públicos anteriormente referente aos períodos de 31 de dezembro de 2013.

a) Ajuste para reconhecimento no ativo da Empresa de dois imóveis residenciais localizados em Brasília-DF, adquiridos em exercícios anteriores.

b) Ajuste na equivalência patrimonial relativo aos investimentos na Inframerica e Viracopos em exercício anterior devido a mudança de prática contábil no registro da atualização da outorga.

c) Ajuste na constituição da provisão do benefício pós-emprego com o plano de aposentadoria complementar dos empregados da Infraero.

d) Recomendação da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, para exibir a correta absorção da reserva de lucro proposta pela Infraero em 2013 conforme determina a Lei nº 6.404/76.

e) Reclassificação das despesas com o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA.

	Publicado em 31/12/2013	Ajustes / Reclassificações	Ref.	Reapresentado em 31/12/2013
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>				
Ativo Circulante	538.262	345		538.607
Outros	1.486	345	(a)	1.831
Ativo Não Circulante	1.665.982	128.223		1.794.204
Investimentos	1.120.885	128.223	(b)	1.249.108
Total do Ativo	2.204.244	128.568		2.332.811
Passivo Circulante	1.005.546	-		1.005.546
Passivo Não Circulante	605.864	932.592		1.538.456
Benefício pós-emprego	278.382	932.592	(c)	1.210.974
Patrimônio Líquido	592.833	(804.025)		(211.192)
Reservas de lucros	206.058	(206.058)	(d)	-
Prejuízos acumulados	(2.610.015)	(137.713)		(2.747.728)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	278.382	460.253	(c)	738.636
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.204.244	128.568		2.332.811

**DRE**

	31/12/2014		31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Receita Líquida	3.031.311	-	3.031.311	
Custos dos Serviços Prestados	(2.207.614)	-	(2.207.614)	
Provisão benefício pós-emprego	-	203.443	(c)	203.443
Resultado de equivalência patrimonial	31.368	91.043	(b)	122.411
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.252.262)	(112.400)		(1.364.662)
Prejuízo/Lucro Líquido	(2.654.766)	(112.400)		(2.767.167)

**DFC**

	31/12/2014		31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Prejuízo / Lucro líquido antes das provisões tributárias	(1.224.575)	(112.400)		(1.336.976)
Itens que não afetam o caixa operacional	(706.172)	-		(706.172)
Resultado de equivalência	(31.368)	(91.043)	(b)	(122.411)
Benefício Pós-Emprego	-	203.443	(c)	203.443

**DVA**

	31/12/2014		31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Receitas	3.198.717	-		3.198.717
Valor adicionado líquido	771.645	(345.312)		426.333
Provisão Indenização	(191.282)	(141.869)	(e)	(333.151)
Resultado de equivalência	31.368	91.043	(b)	122.411
Provisão benefício pós-emprego	-	203.443	(c)	203.443
Valor adicionado total a distribuir	909.248	(254.270)		654.978
Salários e encargos	1.956.364	(141.869)	(e)	1.814.494
Lucro / (prejuízo) do exercício	(2.654.766)	(112.400)		(2.767.167)
Valor adicionado total distribuído	909.248	(254.270)		654.978

**Nota 4 – Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações**

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Caixa e Bancos	1.756	3.403	2.956
Aplicação Financeira	30.458	43.821	218.691
Certificados de Depósito Bancário	29.264	42.719	217.651
Outros	1.194	1.102	1.039
Total	32.214	47.224	221.646

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Aplicações Financeiras Compulsórias	56.209	52.244	49.415
Convênios e TCCA's	56.108	52.143	49.315
Depósitos Judiciais	101	101	101
Total	56.209	52.244	49.415

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em fundos. Esses fundos são de renda fixa compostos por títulos que fazem parte da carteira teórica do índice IRFM-1 (LTN e NTN-F).

A Empresa tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos concentrem-se em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras públicas.

**Nota 5 – Contas a Receber**

**a) Composição do Contas a Receber**

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Comerciais, Exploração de Serviços e Cursos e Treinamentos	372.247	322.548	301.759
Embarques e Conexão	43.278	67.187	96.248
Armazenagem e Capatazia	17.867	15.057	16.830
Pouso, Permanência e Navegação Aérea	99.110	80.074	670.508
Outros	93.086	60.595	116.581
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(372.914)	(197.433)	(496.765)
Total	252.674	348.028	705.161
Circulante	242.647	332.534	685.910
Não Circulante	10.027	15.494	19.251

**b) Composição por Idade de Vencimento**

Em 31 de dezembro de 2014, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
A Vencer	253.167	238.759	440.227
Vencidas	336.309	273.941	407.842
De 1 a 30 dias	37.539	52.128	176.458
De 31 a 60 dias	20.377	12.014	3.020
De 61 a 90 dias	10.459	8.490	15.967
De 91 a 120 dias	14.748	14.519	16.332
De 121 a 180 dias	28.040	14.871	17.075
Há mais de 180 dias	225.147	171.919	178.990
Total	589.476	512.700	848.069

**c) Movimentação na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

A Infraero constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos classificados no grupo Contas a Receber, incluindo as dívidas vencidas em processo de negociação e em cobranças judiciais. O montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A provisão foi calculada observando-se os aspectos fiscais da Lei nº 9.430/96, a conjuntura econômica, o histórico de inadimplência dos clientes e a sua relevância.

PCLD - Circulante	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Saldo no início do período	(135.089)	(181.913)	(182.134)
Adições	(235.172)	(112.356)	-
Transferência	(4.452)	4.706	221
Reversões	110.391	154.473	-
Saldo no fim do período	(264.323)	(135.089)	(181.913)

**PCLD - Não circulante**

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Saldo no início do período	(62.344)	(314.852)	(485.899)
Adições	(72.806)	(56.199)	(37.494)
Transferência	4.452	(4.706)	(221)
Reversões	22.107	313.413	208.762
Saldo no fim do período	(108.591)	(62.344)	(314.852)

**Nota 6 – Estoques**

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Materiais Auxiliares e de Manutenção	54.521	60.771	57.046
Importação em andamento	2.987	363	1.690
Outros	1.083	1.349	1.043
(-) Provisão para Perdas	(4.699)	(901)	-
Total	53.892	61.582	59.779

A Infraero possui 27 almoxarifados, que estão localizados nas principais capitais do Brasil com a finalidade de minimizar os custos com logística.

Para estimativa do valor registrado na provisão foi considerado a obsolescência dos estoques, ou seja, a não utilização dos materiais em intervalos de tempos diferenciados conforme o tipo de estoque avaliado.

Neste contexto, foi definido que para os estoques de Materiais de Consumo os itens não movimentados há mais de 3 (três) anos devem compor o saldo para a provisão de obsolescência dos estoques, considerando também os Materiais de Manutenção naqueles itens não utilizados há mais de 9 (nove) anos.

Sendo assim, os valores destes dois grupos quando somados nos períodos analisados compõe o montante de R\$ 4.699 mil, que foram provisionados, em 2014, para melhor apresentação do saldo dos estoques. Essa provisão corresponde aos valores registrados no estoque entre os anos de 2000 a 2011 no caso dos Materiais de Consumo, e 1999 a 2005 para os Materiais de Manutenção já obsoletos e sem condições de utilização.

**Nota 7 – Impostos, Taxas e Contribuições**

**a) Tributos a Recuperar**

A conta de Impostos a Recuperar, no montante de R\$ 86.132 mil, compreende créditos tributários de curto prazo, recuperáveis, provenientes de retenções na fonte, apuração de saldos negativos de IRPJ, entre outros.

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Imposto de Renda e Contribuição Social PASEP e COFINS	-	-	1.262
INSS	54.488	42.277	18.597
Imposto a Recuperar (retido) - Lei 9430/96	1.081	636	399
IRRF	28.717	30.734	29.767
Outros	1.845	4.330	80.067
	-	318	26.204
Total	86.132	78.295	156.296

**b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Ativos**

A Infraero de acordo com o CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisados anualmente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, a Infraero não deverá registrar o ativo fiscal diferido, pois não possui expectativa de geração de lucros tributários futuros.

**c) Tributos a Recolher**

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
PASEP e COFINS	5.321	-	3.102
FGTS	11.364	10.691	10.729
INSS s/ Folha de Pagamento	31.668	29.176	28.378
INSS s/ Terceiros	6.661	14.659	12.193
Imposto a Recolher (retenção) - Lei 9430/96	19.341	28.682	27.891
ISS a Recolher	6.023	9.085	-
Refis a Pagar	4.691	-	-
Outros	33.878	29.769	37.184
Circulante	118.948	122.062	119.479

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Refis a Pagar	18.371	-	-
Não Circulante	18.371	-	-

**i) Sobre o ISS**

A Infraero não recolhe aos municípios, onde administra aeroportos, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS por prestar serviço público federal em nome da União, nem recolhe o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, pertinente aos sítios aeroportuários, porquanto se constituem propriedades da União Federal. Com efeito, o Supremo Tribunal Federal (STF) em mais de uma oportunidade, com respaldo na alínea "a", do inciso VI, do art. 150, da Constituição da República, reconhece à Infraero como, de ordinário, às demais empresas públicas, a aplicação do princípio da imunidade recíproca.

Em razão disso, a Empresa decidiu por não realizar provisão de possíveis perdas em ações de execução fiscal envolvendo as matérias supramencionadas. O recolhimento de ISS no qual a Infraero apresenta é em decorrência de retenções de Prestadores de Serviços em atendimento do art. 6º da Lei Complementar 116/03.

De acordo com o item 14 do Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que versa sobre Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, *in verbis*:

*"14 - Uma provisão deve ser reconhecida quando:*

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorpor

a 2005. Com a adesão ao programa, a empresa desistiu das respectivas ações judiciais e administrativas de contestação dos débitos. O débito efetivo é de R\$ 37.000 mil que representa o somatório do valor principal, multa, juros e encargos.

Optou-se pelo programa em 60 parcelas, sendo a primeira 20% do montante da dívida, parcelada em 5 prestações depois de aplicada às reduções da multa e juros. No decorrer dos recursos administrativos e judiciais foram realizados depósitos judiciais no montante de R\$ 2.900 mil, os quais poderão ser utilizados para abatimento da dívida, assim como, o Prejuízo Fiscal e a Base Negativa da Contribuição Social.

A adesão ao REFIS poderá resultar em uma economia tributária superior a R\$ 9.000 mil, em razão dos descontos de multa e juros previstos na legislação ainda não consolidados, conforme arts. 10 e 11 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 13/2014.

A seguir são apresentados os valores reconhecidos após a adesão.

	31/12/2014	31/12/2013
Valor Principal	37.576	-
Reduções	(9.611)	-
Principal Ajustado	27.965	-
Amortizações	(4.903)	-
<b>Total</b>	<b>23.062</b>	<b>-</b>

#### d) Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do Exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(2.083.576)	(2.767.147)	99.830
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-	56.787
<b>Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício</b>	<b>592.447</b>	<b>330.697</b>	<b>138.510</b>
Adições	2.779.542	1.507.393	643.893
Exclusões	(2.187.095)	(1.176.696)	(505.383)
Compensação de B.C. negativa e prejuízo fiscal de exercícios anteriores	-	-	(74.185)
Deduções Legais	-	-	(2.042)
<b>Total dos impostos no resultado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>56.787</b>

#### Nota 8 – Partes Relacionadas

As informações financeiras dos investimentos da Empresa em coligadas estão apresentadas na tabela a seguir:

Razão Social	País - Sede	49% da participação societária		
		31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
		(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	Brasil	595.623	595.623	173.132
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	Brasil	339.602	163.469	50.384
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	Brasil	570.115	292.158	155.351
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	Brasil	177.079	-	-
Concessionária Aerobrasil - Confinns	Brasil	129.100	-	-

#### Remuneração da administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Empresa, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Pró-Labore	3.884	3.605	3.036
Encargos	1.307	1.397	1.214
Benefícios	221	173	166
Outros	1	-	1
<b>Total</b>	<b>5.413</b>	<b>5.175</b>	<b>4.417</b>

A Empresa não possui planos de opção de ações para seus executivos e empregados de qualquer nível.

#### Nota 9 – Despesas Pagas Antecipadamente

Composição	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Gastos com Apólices de Seguros *	3.413	4.680	4.140
Despesas Antecipadas com Pessoal	365	10.775	2.154
Outros Gastos	2.772	1.685	3
<b>Total</b>	<b>6.550</b>	<b>17.140</b>	<b>6.297</b>

\* São amortizados no mesmo prazo da vigência dos seguros contratados.

#### Nota 10 – Investimentos

##### a) Composição

Os investimentos, no valor líquido de R\$ 1.768.773 mil, correspondem aos custos de aquisição após provisão para perdas na realização. Foram adquiridos, em 2011, terrenos do Comando da Aeronáutica no Sítio Aeroportuário de Belo Horizonte - Pampulha no valor de R\$ 70.504 mil, que até a conclusão do Plano Diretor do aeroporto, ficará registrado neste grupo na conta de Imobilizado Não Destinado a Uso.

	31/12/2014	31/12/2013	01/01/2013
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Ações em Incentivos Fiscais	22.799	24.597	26.575
Obras de Arte	1.214	1.526	1.526
Participação em Fundos	397	397	397
SPEs	1.811.519	1.051.250	378.867
Perdas por equivalência patrimonial	(116.084)	122.411	(12.011)
Imobilizado não destinado a uso	70.504	70.504	70.504
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>1.790.350</b>	<b>1.270.685</b>	<b>465.859</b>
( - ) Provisão para Perdas	(21.578)	(21.578)	(21.578)
<b>Total</b>	<b>1.768.773</b>	<b>1.249.108</b>	<b>444.281</b>

#### Nota 11 – Imobilizado e Intangível

Custo do Imobilizado Bruto	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Instalações, Máquinas e Equipamentos	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Andamento (i)	Outros	Redução ao Valor Recuperável	Operações Descontinuadas	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	15.077	4.568	492.349	242.758	153.538	174.079	163	-	-	1.082.532
Adições	-	387	80.928	22.888	20.834	45.569	36	-	-	170.641
Baixas	-	(1.359)	(74.937)	(36.495)	(11.869)	-	(66)	-	-	(124.726)
Transferências	-	(300)	119.281	(246)	12.006	(130.714)	(27)	-	-	-
Bens Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	(1.486)	-	-	(1.486)
Red. a Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	-	(398.578)	(54.310)	(452.887)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.077	3.296	617.620	228.906	174.510	88.934	(1.382)	(398.578)	(54.310)	674.074
Adições	-	333	126.912	182.443	15.240	38.640	168	(32.907)	-	330.828
Baixas	(14.111)	(1.165)	(191.160)	(108.502)	(45.599)	(9.595)	(10)	150.219	54.310	(165.613)
Transferências	(6)	1.237	44.327	(31.309)	2.045	(59.245)	(67)	-	-	(43.017)
Bens Disponíveis para Venda	-	-	-	-	-	-	1.482	-	-	1.482
Saldos em 31 de dezembro de 2014	960	3.701	597.700	271.538	146.196	58.734	190	(281.266)	-	797.753
<b>Depreciação Acumulada</b>										
Saldos em 01 de janeiro de 2013	-	(3.310)	(266.286)	(166.690)	(55.291)	-	(58)	-	-	(491.636)
Adições	-	(95)	(38.751)	(26.388)	(13.400)	-	(7)	-	-	(78.641)
Baixas	-	1.355	71.763	36.124	11.472	-	66	-	-	120.780
Transferências	-	-	(13.581)	14.215	(634)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(2.049)	(246.855)	(142.740)	(57.853)	-	-	-	-	(449.497)
Adições	-	(1.426)	(11.514)	(60.045)	(22.147)	-	-	-	-	(95.131)
Baixas	-	1.741	34.970	110.847	30.130	-	-	-	-	177.687
Transferências	-	(1.237)	(6.880)	(1.974)	(509)	-	-	-	-	(10.601)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(2.972)	(230.280)	(93.912)	(50.378)	-	-	-	-	(377.542)
<b>Imobilizado Líquido</b>										
Saldos em 01 de janeiro de 2013	15.077	1.258	226.063	76.068	98.247	174.079	105	-	-	590.895
Saldos em 31 de dezembro de 2013	15.077	1.246	370.765	86.166	116.657	88.934	(1.382)	(398.578)	(54.310)	224.576
Saldos em 31 de dezembro de 2014	960	729	367.420	177.626	95.818	58.734	190	(281.266)	-	420.211

#### b) Participação da Empresa em Coligadas

As participações em coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais ajustados das respectivas investidas em cada data-base.

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	Participação Direta %	Equivalência Patrimonial	Saldo dos Investimentos 2014
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	652.830	168.807	49%	82.715	570.115
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	318.274	(43.527)	49%	(21.328)	339.602
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	458.099	(280.663)	49%	(137.525)	595.624
Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	149.295	(56.701)	49%	(27.783)	177.078
Concessionária Aeroporto Internacional de Confinns S.A.	116.937	(24.823)	49%	(12.163)	129.100
				(116.084)	1.811.519

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	Participação Direta %	Equivalência Patrimonial	Saldo dos Investimentos 2013
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	332.805	82.956	49%	40.649	292.156
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	188.568	51.221	49%	25.098	163.471
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	652.287	115.640	49%	56.663	595.623
				122.411	1.051.250

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado	Participação Direta %	Equivalência Patrimonial	Saldo dos Investimentos 2012
SPE:					
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	153.830	(3.143.000)	49%	(1.521)	155.351
Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	45.563	(9.809)	49%	(4.822)	50.384
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	167.464	(11.569)	49%	(5.669)	173.132
				(12.011)	378.867

No exercício de 2014 foram investidos pela Infraero, a título de aporte de capital, R\$ 760.269 mil nas Sociedades de Propósito Específico (SPE) de Brasília, Campinas, Rio de Janeiro e Minas Gerais correspondendo a 49% do capital social. Tais investimentos foram avaliados pelo MEP, considerando o período-base dezembro, conforme previsto na Lei nº 6.404/76, artigo 248, inciso I.

#### c) Movimentação dos Investimentos em Coligadas:

	Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.	Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.	Concessionária Aeroporto Internacional de Confinns S.A.	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2013</b>	<b>153.829</b>	<b>45.563</b>	<b>167.464</b>	-	-	<b>366.856</b>
Aporte de Capital	136.807	113.085	422.491	-	-	672.383
Resultado de equivalência patrimonial	42.189	29.920	62.332	-	-	134.442
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>332.826</b>	<b>188.568</b>	<b>652.287</b>	-	-	<b>1.173.681</b>
Aporte de Capital	277.957	176.133	-	177.079	129.100	760.269
Resultado de equivalência patrimonial	42.047	(46.427)	(194.189)	(27.783)	(12.163)	(238.515)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>652.830</b>	<b>318.275</b>	<b>458.098</b>	<b>149.295</b>	<b>116.937</b>	<b>1.695.435</b>

#### Aportes de capital

Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.

No ano de 2014 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Viracopos S.A. R\$ 277.957 mil (Duzentos e setenta e sete milhões, novecentos e cinquenta e sete mil reais), representados por 277.957.202 ações ordinárias.

Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.

No ano de 2014 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Inframerica BSB S.A. R\$ 176.133 mil (Cento e setenta e seis milhões e cento e trinta e três mil reais), representados por 176.133.123 ações ordinárias.

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

No ano de 2014 a Infraero não subscreveu ou aportou na empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A..

Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A.

No ano de 2014 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Concessionária Aeroporto Rio de Janeiro S.A. R\$ 177.079 mil (Cento e setenta e sete milhões e setenta e nove mil reais), representados por 177.078.650 ações ordinárias.

Concessionária Aeroporto Internacional de Confinns S.A.

No ano de 2014 a Infraero subscreveu e aportou na empresa Concessionária Aeroporto Internacional de Confinns S.A. R\$ 129.100 mil (Cento e vinte e nove milhões e cem mil reais), representados por 129.100.300 ações ordinárias.

i. O saldo de bens de Imobilizado em andamento é constituído principalmente por adiantamento a fornecedores.

Custo do Intangível Bruto	Licença de Uso de Software	Marcas, Diretos e Patentes	Software em Desenvolvimento	Redução ao Valor Recuperável	Total
	Saldos em 01 de janeiro de 2013	110.790	413	1.100	-
Adições	38.064	1	175	-	38.240
Baixa	(54.578)	(4)	-	-	(54.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	94.276	410	1.275	-	95.962
Adições	18.296	5	107	(65.266)	(46.859)
Baixa	(19.483)	(330)	-	-	(19.813)
Transferências	54.569	-	-	-	54.569
Saldos em 31 de dezembro de 2014	147.659	85	1.382	(65.266)	83.859
<b>Amortização Acumulada</b>					
Saldos em 01 de janeiro de 2013	(79.453)	(194)	-	-	(79.647)
Adições	(12.204)	(135)	-	-	(12.339)
Baixas	54.108	4	-	-	54.112
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(37.549)	(326)	-	-	(37.875)
Adições	(6.657)	(79)	-	-	(6.736)
Baixa	18.848	329	-	-	19.178
Transferências	(53.935)	-	-	-	(53.935)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(79.293)	(75)	-	-	(79.368)
<b>Intangível Líquido</b>					
Saldos em 01 de janeiro de 2013	31.337	219	1.100	-	32.656
Saldos em 31 de dezembro de 2013	56.727	84	1.275	-	58.087
Saldos em 31 de dezembro de 2014	68.366	10	1.382	(65.266)	4.492

A Empresa não possui leasing.

**a) Itens Totalmente Depreciados / Amortizados**

Em 31/12/2014, não foram identificados itens no ativo intangível totalmente amortizados.

**b) Revisão da Vida Útil**

A Empresa deprecia o ativo imobilizado e intangível pelo método linear, usando taxas de depreciação demonstradas a seguir:

	Taxa Anual Depreciação - Anterior	Taxa Anual Depreciação - Atual
<b>Imobilizado:</b>		
Edifícios e Benfeitorias	4%	4%
Instalações, Máquinas e Equipamentos	10%	de 5% à 17%
Veículos	20%	de 5% à 20%
Móveis e Utensílios	11%	10%
<b>Intangível:</b>		
Licença de Uso de Software	20%	17%
Marcas, Direitos e Patentes	20%	33%

A Infraero realiza anualmente o teste de recuperabilidade dos valores registrados no Ativo Não Circulante - Imobilizado utilizando como critério o fluxo de caixa descontado, por não existir, no Brasil, mercado ativo para a maioria dos bens do segmento de aeroportos. A Infraero tem como sua menor unidade geradora de caixa o aeroporto, e com base nas premissas (taxa de desconto TJLP/PIB e prazo de 5 anos) foi identificado em 2014 perda no ativo imobilizado e intangível de R\$ 377.946 mil, havendo uma redução na ordem de R\$ 20.632 mil comparando-se com a perda constituída em 2013. Com o reconhecimento em 2014 da realização da perda decorrente de ajustes de variação patrimonial, o saldo remanescente em 31/12/2014 foi de R\$ 346.532 mil.

Conforme preconiza o item 33 do ICPC 10, a revisão da vida útil dos bens foi realizada pelos profissionais da Infraero por possuírem conhecimentos técnicos e específicos.

Resultados Financeiros	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)
Período de Análise		5 anos
Redução por Impairment	377.946	398.578
Custo de Capital - TJLP	5,5%	5%
Taxa de Retorno do Investimento (TIR)	-	-
Prazo de Recuperação do Ativo	-	-

**c) Reconhecimento da Depreciação/Amortização no Resultado**

Os valores de depreciação e amortização estão reconhecidos na demonstração de resultado como segue:

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Despesas de Depreciação	95.131	78.641	96.598
Despesas de Amortização	6.137	12.339	14.580
	101.268	90.980	111.179

**Nota 12 – Recursos de Terceiros**

Os Recursos de Terceiros estavam constituídos, principalmente, pelos seguintes valores:

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
(a) Convênios	35.742	32.507	30.261
(b) Fundo Nacional de Aviação Civil	677.435	120.153	33.066,00
(c) Prefeituras e Administradoras	13.266	4.224	3.438
(d) Comando da Aeronáutica	3.055	3.125	2.690
<b>Total</b>	<b>729.497</b>	<b>160.009</b>	<b>69.455</b>

- (a) Convênios - relativos a recursos de convênios firmados entre a Infraero e entes da Administração Pública Direta, destinados à ampliação e modernização de aeroportos.
- (b) Fundo Nacional de Aviação Civil - recursos relativos a Medida Provisória nº 551, de 22/11/2011, convertida na Lei nº 12.648, de 17/5/2012, que definiu, a partir de 10/1/2012, a parcela correspondente ao aumento concedido pela Portaria nº 861/GM2 de 9/12/1997 às Tarifas de Embarque Internacional, bem como o Adicional Tarifário, constituem receita própria do Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC.
- (c) Prefeituras e Administradoras - são valores referentes à obrigação da Infraero em repassar a participação das demais Prefeituras e Administradoras de Aeroportos nas tarifas arrecadadas.
- (d) Comando da Aeronáutica - recursos relativos, principalmente, na arrecadação de taxas de ocupação cobradas de empregados da Infraero sobre imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade e guarda da Infraero.

O quadro a seguir demonstra o detalhamento dos ingressos e dos dispêndios dos recursos de terceiros no período:

	Ingressos		Dispêndios		31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses	Repasses		
FNAC	1.474.427	1.202	918.347		677.435	120.153
Convênios	-	4.047	811		35.742	32.507
Ministério do Turismo	-	3.853	772		33.747	30.666
Governo Estado da Bahia	-	194	39		1.994	1.840
Comando da Aeronáutica	-	294	364		3.055	3.125
Outros	68.537	-	59.495		13.266	4.224
<b>Total</b>	<b>1.542.964</b>	<b>5.543</b>	<b>979.017</b>		<b>729.497</b>	<b>160.009</b>

	Ingressos		Dispêndios		31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
	Recursos	Receitas Financeiras	Investimentos / Repasses	Repasses		
FNAC	1.496.379	1.098	1.410.390		120.153	33.066
Convênios	-	2.777	532		32.506	30.261
Ministério do Turismo	-	1.645	508		30.666	28.529
Governo Estado da Bahia	-	132	24		1.840	1.732
Comando da Aeronáutica	158	283	311		3.125	2.690
Outros	94.609	-	93.824		4.224	3.438
<b>Total</b>	<b>1.591.147</b>	<b>4.159</b>	<b>1.505.056</b>		<b>160.009</b>	<b>69.455</b>

**Nota 13 – Provisão para Indenizações**

	31/12/2013 (reapresentado)	Provisão	Reversão	31/12/2014
Provisão para Indenizações	191.282	269.894	-	461.175
Reversão para Indenizações	-	-	(191.282)	(191.282)
<b>TOTAL</b>	<b>191.282</b>	<b>269.894</b>	<b>(191.282)</b>	<b>269.894</b>

**Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA**

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, Confins/MG e Rio de Janeiro/RJ administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, implantou o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, 4.220 empregados. Dessa forma, foi constituída a provisão utilizada como critério os empregados, confirmados e deferidos, em 31/12/2014, que aderiram ao programa, sendo o valor composto pelos seguintes itens: incentivo financeiro, multa de FGTS, aviso prévio e a contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado.

**Nota 14 – Provisão para Contingências**

A provisão de R\$ 204.402 mil foi constituída para fazer face às prováveis perdas em processos trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, representados por ações em fase de execução e ações julgadas em fase de recurso para instâncias superiores. Essas provisões estão demonstradas no quadro a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Provisões	204.402	326.914	272.128
Trabalhistas	144.660	224.614	173.989
Cíveis	59.742	102.300	98.139
Previdenciárias	-	-	32.392
Tributárias	11.131	-	-
Demais Ações	48.611	102.300	65.747
<b>Total</b>	<b>204.402</b>	<b>326.914</b>	<b>272.128</b>

A movimentação ocorrida nas provisões trabalhistas, cíveis e nas sentenças judiciais, no ano de 2014, foi de R\$ 122.512 mil, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013 (reapresentado)	Adições	Reversão	Baixas	31/12/2014
Trabalhistas	224.614	598.743	(669.916)	(8.781)	144.660
Cíveis	102.300	119.583	(161.487)	(654)	59.742
<b>Total</b>	<b>326.914</b>	<b>718.326</b>	<b>(831.403)</b>	<b>(9.435)</b>	<b>204.402</b>

	01/01/2013 (reapresentado)	Adições	Reversão	Baixas	31/12/2013 (reapresentado)
Trabalhistas	173.989	599.007	(538.517)	(9.864)	224.614
Cíveis	98.139	13.658	(4.902)	(4.595)	102.300
<b>Total</b>	<b>272.128</b>	<b>612.665</b>	<b>(543.420)</b>	<b>(14.458)</b>	<b>326.914</b>

Correlacionados às contingências existem depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são garantias, exigidas judicialmente, e ficam registrados no Ativo Não Circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate desses depósitos pelo reclamante, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade. Os depósitos judiciais mantidos pela Empresa em 31/12/2014 representam R\$ 220.814 mil.

A Infraero avalia suas contingências judiciais para o registro de provisão, tendo por base a expectativa de perda, segundo o grau de risco de cada ação judicial, que é avaliado na forma definida no "Manual de Avaliação e Classificação de Risco de Ações Judiciais", em harmonia com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), por meio do Pronunciamento Técnico CPC 25.

Em observância aos padrões internacionais de contabilidade, a empresa classifica seus litígios de acordo com o risco de perda em provável, possível ou remoto, e reavalia sistematicamente cada ação conforme suas fases processuais, sendo objeto de provisionamento apenas as consideradas com risco de perda provável.

As provisões registradas são estimadas segundo o valor de interesse da ação, assim fixado com razoabilidade a partir da pretensão do autor conjugada com outros fatores que interferem direta ou indiretamente na valoração do objeto em disputa. O valor registrado recebe atualização de acordo com as normas estabelecidas especificamente para as diversas espécies de demandas judiciais, a exemplo, trabalhistas, cíveis e tributárias.

**a) Ações Trabalhistas**

- Pedidos de pagamento de adicional de insalubridade ou de periculosidade para empregados que trabalham em pátios de manobras ou áreas de terminais de carga aérea nos aeroportos. Trata-se de ações, na sua grande maioria, intentadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários - Sina, na condição de substituto processual da categoria dos aeroportuários. As decisões são diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.
- Pedidos de condenação da Infraero sob o prisma da responsabilidade subsidiária na apuração de verbas salariais ou parcelas rescisórias. Trata-se de ações propostas por empregados ou ex-empregados de empresas contratadas (terceirizados), cujas decisões têm sido diversificadas nas Varas do Trabalho e nos Tribunais Regionais do Trabalho, não tendo sido a matéria pacificada no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho.

**b) Ações Cíveis**

- Quanto às ações cíveis, existem pedidos diversificados de indenizações e cobranças nas unidades regionais da Infraero, decorrentes de: acidentes e/ou incidentes aeronáuticos; furtos ou avarias de cargas em terminais de carga; furtos, acidentes e danos materiais ocorridos em áreas operacionais e terminais de passageiros, cumulados com danos morais; acidentes e/ou incapacidades laborais; relações oriundas de contratos administrativos firmados pela Empresa, em função de execução de obras, serviços e concessões de áreas aeroportuárias; além de discussões sobre a legalidade de cobrança de tarifas aeroportuárias.

**c) Ações Tributárias**

- A Infraero está sujeita a fiscalizações realizadas pelas autoridades fiscais com relação às operações que realiza. A fim de elidir eventuais autuações fiscais relativas à formação da base de cálculo e quanto à incidência de determinados tributos e contribuições sobre atividades econômicas desenvolvidas pela empresa, a Infraero busca provimento judicial para obter a suspensão da exigibilidade do tributo em litígio mediante garantia em dinheiro por depósitos judiciais.

**Nota 15 – Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O capital social em 31/12/2014 representa R\$ 2.738.288 mil e sua composição é a seguinte:

	Quantidade de Ações		
	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
UNIÃO	12.825.493	12.825.493	7.334.123
<b>Total</b>	<b>12.825.493</b>	<b>12.825.493</b>	<b>7.334.123</b>
	R\$		
	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
UNIÃO	2.738.288	1.819.506	1.009.336
<b>Total</b>	<b>2.738.288</b>	<b>1.819.506</b>	<b>1.009.336</b>

Na Assembleia Geral Extraordinária do dia 18/12/2014 foi aprovado o aumento do Capital Social no montante de R\$ 1.867.073 mil sem a emissão de ações novas. O aumento é proveniente dos aportes realizados pela União.

Os aportes de capital são recursos recebidos da União destinados a aumento de capital concedidos em caráter irrevogável. São atualizados pela taxa SELIC até a data da integralização. Dos aportes recebidos em 2014 falta integralizar R\$ 41.730 mil.

Conforme orientação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na carta BNDES AF/DEFIN 0558/2014 - GVAL2 de 12/9/2014, na qualidade de gestor do Fundo Nacional de Desestatização, onde se encontram depositadas as referidas participações de titularidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento e de emissão da Infraero, e segundo o disposto na Lei nº 12.431/11, atualização da titularidade das ações, foi atribuída à União Federal (CNPJ 00.352.460/0001-41) a titularidade das 197.350 (cento e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta) ações ordinárias do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND.

**b) Reservas de Incentivo Fiscal**

Devido às alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, as aplicações efetuadas no Fundo de Investimento da Amazônia - Finam devem ser reconhecidas no resultado e posteriormente destinadas a Reserva de Incentivos Fiscais no Patrimônio Líquido sem, no entanto, integrarem a base de cálculo dos dividendos. Em 2014 o saldo de R\$ 3.350 mil foi utilizado para absorção do prejuízo acumulado.

**c) Reserva Legal**

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas criem uma reserva de até 20% do valor total do capital. Antes de os lucros serem distribuídos, as sociedades anônimas devem apropriar 5% do lucro líquido anual para esta reserva até que a reserva seja igual a 20% do valor total do capital. Em decorrência do prejuízo não foi constituída reserva legal no exercício.

**d) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

O principal objetivo da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial é receber contrapartida dos aumentos e diminuições de valor de ativos e passivos, principalmente em decorrência da avaliação ao valor justo. A atual redação do parágrafo terceiro do Art. 182 da Lei das S.A. atribuiu à Comissão de Valores Mobiliários - CVM poderes para determinar o uso desta conta para outras situações não previstas na Lei das S.A. Dessa forma, o ajuste de avaliação patrimonial pode ser entendido como uma espécie de correção dos valores de ativos e passivos em relação ao valor justo.

Além disso, em geral essa conta tem caráter transitório, abrangendo valores que em algum momento deveriam transitar pelo resultado abrangente da Empresa. Portanto, pode receber a contrapartida de transações que afetarão o resultado no futuro, como, por exemplo, ganhos e perdas atuariais.

Em 2014 o saldo desta conta está representada pela obrigação com assistência médico-hospitalar no valor de R\$ 263.334 mil previdência complementar no valor de R\$ 44.000 mil relativos a benefícios pós-emprego concedidos conforme Nota 21 d.

**Nota 16 – Ativo e Passivo Compensado**

A Empresa mantém controle dos investimentos realizados nos aeroportos em contas de Compensação.

O Ativo e Passivo Compensado da Empresa são representados pelos Bens da União, Garantias Caucionárias de Terceiros e Almoxxarifados da União.

No que se refere aos investimentos realizados em bens da União, representados por obras e serviços de engenharia na construção, ampliação e modernização da infraestrutura aeroportuária, a Empresa efetua tais registros para fins societários e fiscais como despesa, haja vista que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). Desse modo, por inexistir termo de concessão entre a União e a Infraero, que estabeleça condições relativas à atribuição de valor econômico aos investimentos realizados e mecanismos de indenização em caso da substituição/retirada de aeroportos da Rede, a Infraero não registra tais investimentos no seu Ativo Não Circulante - Imobilizado.

O quadro a seguir demonstra a movimentação dos bens da União:

	Taxa de Depreciação	31/12/2014					31/12/2013 (reapresentado)
		Adições/Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	22.002	(402.315)	(10.202)	14.972	270.282	645.824
Imóveis e Benefícios da União	4% a.a.	928.585	(3.741.124)	(2.954)	5.524	9.290.943	12.100.912
Bens da União com a Concessão		(1.904)	(3.604.762)	-	-	(0)	3.606.666
Custo		948.681	(7.748.201)	(13.156)	20.496	9.561.224	16.353.403
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(252.744)	2.776.309	11.565	(47.892)	(2.240.231)	(4.727.469)
<b>Total</b>		<b>695.938</b>	<b>(4.971.893)</b>	<b>(1.591)</b>	<b>(27.396)</b>	<b>7.320.993</b>	<b>11.625.934</b>

	Taxa de Depreciação	31/12/2013 (reapresentado)					01/01/2013 (reapresentado)
		Adições/Exclusões	Baixas	Transferências	Ajustes	Valor Líquido	Valor Líquido
Bens Móveis da União	10% a 20% a.a.	35.808	(26.695)	(15.723)	661	645.824	651.773
Imóveis e Benefícios da União	4% a.a.	1.246.039	(648)	(17.468)	146	12.100.912	10.872.844
Bens da União com a Concessão		148.254	-	694.900	-	3.606.666	2.763.512
Custo		1.430.100	(27.343)	661.708	807	16.353.403	14.288.129
Depreciações/Amortizações Acumuladas		(250.961)	10.426	(1.039.102)	(80)	(4.727.469)	(3.447.751)
<b>Total</b>		<b>1.179.140</b>	<b>(16.917)</b>	<b>(377.394)</b>	<b>727</b>	<b>11.625.934</b>	<b>10.840.378</b>

#### Garantias Caucionárias de Terceiros

A Infraero mantém as garantias caucionárias de terceiros, oferecidas por empresas licitantes/contratadas, para assegurar o cumprimento da execução de obras, aquisição de equipamentos, prestação de serviços, contratos comerciais e fornecimento de materiais. É facultado às empresas efetuarem a caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia.

Em 31/12/2014 as garantias em títulos da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia totalizavam R\$ 4.083.084 mil e em 31/12/2013 R\$ 4.117.580 mil.

#### Nota 17 – Receita Líquida

As receitas, com exceção das financeiras, estão sujeitas à incidência do Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pelo regime de competência. Esses tributos são apresentados como deduções da receita bruta. Os débitos decorrentes das outras receitas operacionais e créditos decorrentes das outras despesas operacionais estão apresentados dedutivamente na demonstração do resultado.

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.992.705</b>	<b>3.097.358</b>	<b>4.365.362</b>
Comerciais	1.002.856	995.811	1.341.676
Embarque	873.141	935.370	1.274.186
Armazenagem e Capatazia	349.703	391.829	833.920
Pouso e Permanência	306.138	345.190	521.107
Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	354.392	342.209	311.266
Exploração de Serviços	41.579	54.125	67.055
Conexão	55.545	26.406	15.268
Cursos e Treinamentos	9.353	6.418	884
<b>Deduções</b>	<b>(69.069)</b>	<b>(66.047)</b>	<b>(249.246)</b>
PASEP	(12.319)	(11.781)	(44.604)
COFINS	(56.750)	(54.266)	(204.642)
<b>Receita Líquida</b>	<b>2.923.636</b>	<b>3.031.311</b>	<b>4.116.116</b>

#### Nota 18 – Resultado Financeiro

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>Receita financeira</b>	<b>61.680</b>	<b>93.114</b>	<b>114.056</b>
Rendimento de aplicação financeira	13.458	19.651	86.962
Juros recebidos	42.052	66.860	71.592
Outros juros e descontos obtidos	6.169	6.604	(44.499)
<b>Despesa financeira</b>	<b>(176.064)</b>	<b>(68.898)</b>	<b>(6.801)</b>
Atualização monetária (a)	(164.601)	(68.311)	(6.791)
Outros juros, multas e atualizações	(11.463)	(587)	(10)
<b>Impostos sobre operações financeiras</b>	<b>(6.110)</b>	<b>(3.385)</b>	<b>(51)</b>
<b>Variação cambial, líquidas</b>	<b>(110)</b>	<b>6.855</b>	<b>3.946</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(120.604)</b>	<b>27.687</b>	<b>111.149</b>

a) Representam na sua maioria, a atualização pela taxa SELIC dos aportes de capital realizados pela União.

#### Nota 19 – Despesas por Natureza

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>Custo dos Serviços Prestados</b>			
Pessoal	1.142.827	1.078.971	1.210.410
Depreciações e Amortizações	72.040	59.224	66.339
Serviços Contratados e Locações	644.246	722.968	968.749
Utilidades - Serviços Públicos	191.960	205.296	256.552
Outros Custos / Gastos	135.417	141.155	185.118
<b>Total</b>	<b>2.186.490</b>	<b>2.207.614</b>	<b>2.687.168</b>
<b>Planejamento e Orientação Técnico-Operacional</b>			
Pessoal	286.814	275.331	230.089
Depreciações e Amortizações	8.744	3.156	6.008
Outros Custos / Gastos	20.117	26.579	27.338
<b>Total</b>	<b>315.675</b>	<b>305.066</b>	<b>263.436</b>
<b>Administrativas</b>			
Pessoal	399.050	405.144	377.770
Depreciações e Amortizações	8.643	33.276	37.460
Serviços Contratados e Locações	50.432	54.308	51.537
Utilidades - Serviços Públicos	16.956	24.112	27.154
Perdas	24.414	-	-
Outros Custos / Gastos	44.587	46.281	41.904
<b>Total</b>	<b>544.082</b>	<b>563.121</b>	<b>535.826</b>
<b>Comerciais</b>			
Pessoal	50.376	55.048	52.728
Depreciações e Amortizações	11.841	4.268	1.372
Materiais de Consumo	3.735	5.477	7.209
<b>Total</b>	<b>65.953</b>	<b>64.793</b>	<b>61.308</b>

#### Nota 20 – Outras Receitas / (Despesas)

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
<b>Outras receitas / (despesas)</b>			
Receitas	49.198	79.676	30.909
Despesas	(52.738)	(25.462)	(77.819)
<b>Total</b>	<b>(3.540)</b>	<b>54.213</b>	<b>(46.910)</b>

O item outras receitas/despesas é composto pelo resultado apurado entre os cancelamentos de receitas e as anulações de despesas ocorridas no exercício anterior e ainda pelas operações não ligadas diretamente à atividade fim da empresa. Dentre elas, destacam-se as perdas por baixa dos bens do imobilizado relativo a sua obsolescência, além das multas aplicadas aos fornecedores pelo não cumprimento do objeto contratado, bem como a ressarcimentos dos gastos com energia, material de consumo, telefone, entre outros, rateados e cobrados das empresas que utilizam áreas nos aeroportos por meio de concessão. Referem-se, ainda, a créditos de clientes inadimplentes considerados como perdas e posteriormente recuperados.

#### Nota 21 – Benefícios a Empregados

##### a) Participação no Lucro do Resultado

O programa de participação nos lucros ou resultados dos empregados na Infraero é regulado pela Lei nº 10.101, de 19/12/2000, e pela Resolução CCE nº 10, de 30/5/1995 do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST. A participação nos lucros foi instituída com o objetivo de incentivar a produtividade. A fim de especificar as regras e atender aos critérios da legislação, o sistema foi consolidado no Regulamento do Programa de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR, o qual é proposto e aprovado em cada exercício social.

O PPLR é uma sistemática de participação dos empregados que está ligada às prioridades de negócios da Empresa e às políticas estabelecidas pelo Governo Federal, mediante orientação estratégica clara e definição de metas que garantam o desenvolvimento sustentável da Infraero, o respeito às diferenças entre as Dependências, os níveis hierárquicos, cargos e

funções. Periodicamente é realizado o acompanhamento e a avaliação do programa, realinhando-o aos novos planos e estratégias de negócios. Em decorrência do prejuízo não foi provisionado recurso para o referido programa nesse exercício.

##### b) Programa de Desligamento Incentivado

A Infraero possui dois programas de desligamento incentivado, o PDITA e o PDVI.

##### PDITA

Considerando a política adotada pelo Governo Federal para concessão à iniciativa privada dos aeroportos de Brasília/DF, Guarulhos/SP, Campinas/SP, Confins/MG e Rio de Janeiro/RJ, administrados pela Infraero e, a construção do novo aeroporto em Natal/RN, a Empresa, por meio do termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado em 6/12/2011, resolveu implantar o Programa de Incentivo à Transferência ou à Aposentadoria – PDITA, que tem como limite, entre transferências e aposentadorias efetivadas, 4.220 empregados. A adesão ao programa pode ser realizada desde 15/8/2012 até 28/02/2016, conforme prorrogação aprovada pela Diretoria Executiva.

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Quantidade de desligamentos	173	834	53
Montante envolvido – R\$ mil	54.274	141.869	12.733

##### PDVI

A Infraero realizou em 2009 o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI, aprovado pelo DEST, por meio do Ofício DEST nº 487/2009/MP/SE/DEST, de 25/6/2009. Foram pagas verbas rescisórias e incentivos aos empregados que aderiram ao programa.

	31/12/2014	31/12/2013 (reapresentado)	01/01/2013 (reapresentado)
Quantidade de desligamentos	2	-	2
Montante envolvido – R\$ mil	625	-	547

##### c) Plano de Previdência Complementar

A Infraero é patrocinadora do Instituto Infraero de Seguridade Social – INFRAPREV, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar aos participantes da instituição e seus beneficiários os benefícios a eles assegurados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, bem como promover seu bem-estar social.

Os recursos que o Instituto dispõe para seu funcionamento são representados por contribuições de sua patrocinadora, participantes, assistidos e autofinanciados, e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

O Infraprev possui três planos de previdência: dois de Benefício Definido e um de Contribuição Variável (Plano CV), o qual detém o maior número de participantes. A partir da implantação do Plano de Contribuição Variável, em dezembro de 2000, somente este plano está aberto à entrada de novos participantes.

Planos	Benefícios	Classificação	Vigente
Plano BDI	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano BDII	Aposentadoria e pensão	Benefício Definido	Fechado para novos participantes
Plano CV	Aposentadoria e pensão	Contribuição Definida *	Aberto

\* Trata-se de um plano híbrido, pois possui riscos atuariais para o serviço passado, de participantes que migraram dos planos de benefício definido.

##### Perfil dos participantes dos planos

Planos	31/12/2014			31/12/2013		
	Ativos *	Assistidos **	Total	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD I	46	82	128	49	80	129
Plano BD II	4	8	12	4	8	12
Plano CV	11.043	1.929	12.972	11.591	1.969	13.560

\*Compõem os Ativos, os participantes autopatrocinados e Benefício Proporcional Diferido (BPD).

\*\*Os Assistidos correspondem aos aposentados e participantes em auxílio doença.

A Infraero contratou empresa especializada para prestação de serviços técnicos de Avaliação Atuarial dos benefícios pós-emprego oferecidos pela Empresa de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC n.º 33. A contratada realizou avaliação atuarial para a contabilização em balanço dos benefícios pós-emprego oferecidos. Dessa forma, as avaliações atuariais são elaboradas anualmente, por atuário externo, e as informações constantes, a seguir, referem-se àquelas efetuadas nas datas bases de 31/12/2014.

##### Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

Hipóteses	BD I	BD II	CV
Crescimento real dos salários	0,00% a.a.	2,00% a.a.	2,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Taxa de juros de desconto atuarial anual	13,34% a.a.	13,40% a.a.	13,41% a.a.
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,33% a.a.	6,38% a.a.	6,39% a.a.
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado		
Regime financeiro	Capitalização		
Expectativa de inflação	6,60% a.a. conforme expectativa de mercado apresentado no Relatório FOCUS, de 09/01/2015, para o IPCA em 2015.		
Fator de capacidade sobre os benefícios	0,98		
Tábua de mortalidade geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo		
Tábua de mortalidade de inválidos	Winkleovoss		
Tábua de entrada em invalidez	N/A		
Tábua de morbidez	N/A		
Tábua de rotatividade (Turnover)	-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. -A partir de 59 anos: nula		

##### Composição Familiar:

Plano I de Benefícios Saldado e Plano II de Benefício Definido:

- Benefícios a Conceder: para a definição do número de beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista, conforme descrito no Parecer Atuarial de 31/12/2014.
  - ✓ Percentual de Casados: 100%.
  - ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
  - ✓ Filho temporário até os 24 anos.
- Benefícios Concedidos (aposentadorias e pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecidos pela empresa.

Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável:

- Benefícios a Conceder e Benefícios Concedidos (aposentadorias): para a definição do número de beneficiários foi considerado o grupo familiar de cada ex-participante, de tal forma que viúva e filhos de um mesmo ex-participante correspondessem a um pensionista, conforme descrito no Parecer Atuarial de 31/12/2014.
  - ✓ Percentual de Casados: 100%
  - ✓ Diferença de Idade entre Participante e Cônjuge: 4 anos.
  - ✓ Filho temporário até 24 anos.
- Benefícios Concedidos (pensões): foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados fornecidos pela empresa.

##### Taxa de Desconto Atuarial Real:

A taxa de desconto atuarial real, compatível com os títulos públicos federais (NTN-B), com *duration* aproximada a dos fluxos futuros esperados das obrigações com os participantes e assistidos da Infraero em cada plano são as seguintes:

Taxa de Desconto Atuarial Real:	Duration (anos)	Taxa de desconto
Plano I de Benefícios Saldados	10,5	6,33%
Plano II de Benefício Definido	12,83	6,38%
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável	14,5	6,39%

A *duration* foi apurada através da média da expectativa de vida ponderada pelo valor do benefício (projetado para os ativos e concedidos para os assistidos), considerando as informações individualizadas que foram encaminhadas para a avaliação atuarial.

Valor Justo dos Ativos do Plano:

	31/12/2014		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
<b>Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos</b>			
Valor justo dos ativos do plano no início do período	70.321	10.052	812.338
Receita de juros	8.745	1.277	100.869
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(4.939)	(442)	30.544
Outros ganhos/(perdas)	-	-	-
Combinação de negócios	-	-	-
Liquidações	-	-	-
Reduções	-	-	-
Contribuições do empregador	1.677	122	10.754
Despesas administrativas pagas pelo plano	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(3.379)	(426)	(71.043)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	72.426	10.584	883.462

	31/12/2013		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
<b>Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos</b>			
Valor justo dos ativos do plano no início do período	72.073	11.198	992.218
Receita de juros	6.909	1.066	93.268
Ganhos/(Perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de juros)	(8.219)	(1.975)	(219.056)
Outros ganhos/(perdas)	-	-	-
Combinação de negócios	-	-	-
Liquidações	-	-	-
Reduções	-	-	-
Contribuições do empregador	3.921	96	8.953
Despesas administrativas pagas pelo plano	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	(4.362)	(332)	(63.046)
Ativos (adquiridos)/transferidos de outros planos por transação	-	-	-
(=) Valor justo dos ativos do plano no final do período	70.321	10.052	812.338

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço:

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial a ser reconhecido no Balanço para os Planos de Benefícios:	31/12/2014			31/12/2013		
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
<b>1. Ativo Líquido de Cobertura do Plano</b>						
1.1. Valor Justo dos Ativos do Plano	72.426	10.584	883.462	70.321	10.052	812.338
<b>2. Conciliação dos (Ativos) e Passivos Reconhecidos</b>						
2.1. Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	(60.017)	(6.886)	(943.175)	(62.054)	(5.684)	(822.335)
2.2. Nível de cobertura, se déficit ou (superávit) (1.1+2.1)	12.409	3.698	(59.713)	8.267	4.368	(9.997)
<b>3. Status do fundo e (Passivo)/Ativo reconhecido</b>						
	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV	Plano BD I	Plano BD II	Plano CV
<b>Status do Plano de Benefícios</b>						
Valor presente da obrigação atuarial	(60.017)	(6.886)	(943.175)	(62.054)	(5.684)	(822.335)
(-) Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial	(60.017)	(6.886)	(943.175)	(62.054)	(5.684)	(822.335)
(-) Valor presente da obrigação atuarial líquida	72.426	10.584	883.462	70.321	10.052	812.338
Valor justo dos ativos do plano	12.409	3.698	(59.713)	8.267	4.368	(9.997)
(=) Status do plano de benefícios (Déficit/Superávit)	(12.409)	(3.686)	-	(8.267)	(4.341)	-
Efeito do teto do ativo	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade Ativo (Passivo) líquido decorrente da obrigação do plano	-	11	(59.713)	-	28	(9.997)
<b>Movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no balanço</b>						
(Passivo) / Ativo reconhecido no início do período	-	28	(9.997)	(5.106)	-	(37.663)
Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo	824	60	4.932	1.927	56	4.477
Revisão de compromissos com autopatrocinados	-	-	-	-	-	-
Reversão dos fundos de destinação e contribuição do Patrocinador para o Plano *	-	-	-	-	-	-
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego	854	(24)	(7.442)	3.365	(100)	(18.211)
Valor reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	(1.677)	(53)	(47.206)	(186)	71	41.400
(=) (Passivo)/Ativo reconhecido no final do período	-	11	(59.713)	-	28	(9.997)
<b>Apuração do efeito do teto do limite do ativo</b>						
Valor presente dos benefícios econômicos (teto)*	-	11	-	-	28	-
Efeito da restrição sobre o ativo [(Superávit) - Teto]	12.409	3.687	-	8.267	4.341	-

\*O cálculo do benefício econômico disponível que trata o item 65 do CPC 33 (Deliberação CVM 695/2012), de forma a limitar o ativo atuarial a ser reconhecido, considera o valor presente dos fluxos dos benefícios econômicos considerando a taxa de juros de desconto conforme item 83 do referido CPC.

Para o Plano BD I e BD II, existem recursos integralizados suficientes para garantir o pagamento dos compromissos dos planos, não tendo obrigação atuarial a ser provisionada pela empresa.

Para o Plano CV, inexistem recursos integralizados para garantir o pagamento dos compromissos do plano, gerando uma obrigação atuarial a ser provisionada pela Empresa (déficit) de R\$ 59.702 mil.

#### d) Plano de Assistência Médica

A Infraero oferece aos empregados ativos e aposentados o Programa de Assistência Médica da Infraero – PAMI, que constitui em um benefício concedido pela Empresa e tem por finalidade promover a prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial. O PAMI é administrado pela Infraero, entidade de autogestão por RH, operado na modalidade de preço pós-estabelecido. As despesas do PAMI são custeadas pela Companhia, sendo que os beneficiários arcam com uma coparticipação, sempre que utilizarem os serviços, variando entre 4% a 20%, de acordo com a faixa salarial.

O PAMI é destinado aos empregados e ex-empregados aposentados da Infraero e seus dependentes, sendo que os aposentados somente permanecerão na condição de beneficiários caso tenham pertencido ao quadro de cargo regular da Infraero por no mínimo 10 anos contínuos. No caso dos aposentados, o benefício se estende apenas ao seu cônjuge.

Premissas atuariais e econômicas

As principais premissas atuariais utilizadas foram:

	31/12/2014
<b>Premissas atuariais e econômicas</b>	
Método atuarial de financiamento	Crédito unitário projetado
Regime financeiro	Capitalização
Crescimento real dos salários	2,00% a.a.
Crescimento real dos benefícios	0,00% a.a.
Expectativa de Inflação	6,60% a.a., conforme expectativa de mercado apresentada no Relatório FOCUS, de 09/01/2015, para o IPCA 2015
Taxa de juros de desconto atuarial anual	13,42% a.a.
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,40% a.a.
Tábua de mortalidade geral	Tábua AT-2000 Basic, segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas (A50)
Tábua de morbidez	N/A
Tábua de rotatividade (Turnover)	-Até 30 anos: 2,5% a.a. -De 31 a 40 anos: 1,0% a.a. -De 41 a 58 anos: 0,5% a.a. -A partir de 59 anos: nula
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)*	3,0% a.a. (real)
Idade de aposentadoria	Em gozo de aposentadoria concedida pela Previdência Oficial Básica
Composição familiar para custo de pensão (participantes/aposentados)	Composição familiar média resultado de estudo elaborado pela PREVI entre os associados do plano

\*A HCCTR (Health Care Cost Trend Rate) representa a expectativa de inflação médica anual nominal de longo prazo como, por exemplo, quanto os custos médico-hospitalares irão aumentar no longo prazo, independentemente do envelhecimento da população e da inflação.

Análise de Permanência no Plano de Saúde:

A análise de permanência visa projetar quais empregados irão permanecer no Plano de Saúde após o desligamento da empresa. Como a permanência no Plano de Saúde não implica no pagamento de mensalidade, somente no pagamento do valor da coparticipação referente aos atendimentos assistenciais, considera-se que 100% dos participantes ativos que se aposentarem permanecerão no Plano de Saúde com o seu cônjuge, observadas as regras definidas no regulamento do plano.

Composição familiar:

Para o Plano de Saúde, foi considerada a composição familiar real, conforme banco de dados da Empresa com os titulares e dependentes no plano, sendo que, conforme disposto no regulamento, somente os titulares e seus cônjuges tem direito a permanecer no plano após a aposentadoria.

Em 31/12/2014, com base na atualização da avaliação atuarial efetuada por atuário externo, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial com participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

A movimentação das obrigações atuariais durante o exercício é demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Saldo no início do exercício	1.201.005	1.449.815
Custo do serviço corrente	56.724	83.617
Custo de juros	153.108	139.219
Ganhos/ (Perdas) atuariais	480.237	443.767
Benefícios pagos	22.064	27.879
Saldo no final do exercício	908.536	1.201.005

A segregação da obrigação atuarial durante o exercício é demonstrada a seguir:

	TOTAL	Obrigação atuarial (R\$ mil)	
		Não elegível	Elegível
Total	908.536	698.212	210.324
Ativos	736.489	698.212	38.277
Inativos	172.046	-	172.046

	Quantitativo*		
	TOTAL	Não elegível	Elegível
Total	23.474	19.674	3.800
Ativos	20.769	19.674	1.095
Inativos	2.705	-	2.705

\*Inclui titular e dependente, sendo a elegibilidade do dependente vinculada à elegibilidade do titular.

#### Nota 22 – Cobertura de Seguros

A Infraero adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros. A Infraero mantém apólices de seguros contratadas pela Sede para todos os aeroportos de forma corporativa. Os contratos são firmados junto às principais seguradoras do país em montantes considerados adequados para cobrir eventuais perdas sobre bens e/ou danos causados a terceiros, cujos processos licitatórios são realizados em conformidade com as Leis nº 8.666/93 e nº 10.520/02 e com o Decreto nº 5.450/05.

Devido ao seu campo de atuação e porte, a Infraero mantém apólices de diversos ramos de seguros para atender às necessidades específicas dos serviços aeroportuários. Sendo assim, as apólices estão divididas por ramos de seguros.

Ramo / Cobertura	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio com IOF	Vigência	Pagamento de Sinistros
Responsabilidade Civil de Operações Gerais de Autoridade Aeroportuária (RC)	AIG Seguros Brasil S/A	US\$ 500.000.000,00	R\$ 5.815.996,80	30/6/2014 a 30/6/2015	.....
Riscos Operacionais (RO)	Tóquio Marine Seguradora	R\$ 5.491.087.291,19	R\$ 707.000,00	14/8/2014 a 13/8/2015	.....
Acidentes Pessoais e Coletivos (APC- bombeiros)	MBM Seguros S/A	R\$ 23.000,00'	R\$ 42.000,00	9/11/2014 a 8/11/2015	.....
Seguro de Vida em Grupo (SVG)	ICATU Seguros S/A	R\$ 1.274.496.831,00	R\$ 147.760,70	24/10/2014 a 23/10/2015	.....

'Importância segurada por bombeiro cadastrado em caso de morte ou invalidez total.

#### Nota 23 – Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Empresa, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) Comerciais; (ii) Embarque; (iii) Armazenagem e Capatazia; (iv) Pousos e Permanência; (v) Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea; (vi) Exploração de Serviços; (vii) Conexão e (viii) Cursos e Treinamentos.

As informações por segmento de negócios revisadas pela Administração da Empresa e correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2014 são as seguintes:

	31/12/2014							
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pousos e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	976.753	846.579	339.174	296.829	364.630	36.743	53.855	9.073
Custo dos Serviços Prestados	(25.969)	(675.788)	(251.324)	(466.655)	(618.837)	(135.008)	(12.682)	(226)
<b>Lucro Operacional do Exercício</b>	<b>950.784</b>	<b>170.791</b>	<b>87.849</b>	<b>(169.826)</b>	<b>(254.207)</b>	<b>(98.265)</b>	<b>41.173</b>	<b>8.846</b>
Despesas	(10.995)	(286.113)	(106.405)	(197.571)	(262.002)	(57.159)	(5.369)	(96)
Outras Receitas / (Despesas)	(8.289)	(215.701)	(80.219)	(148.949)	(197.523)	(43.092)	(4.048)	(72)
<b>Prejuízo Operacional do Exercício</b>	<b>931.501</b>	<b>(331.023)</b>	<b>(98.774)</b>	<b>(516.346)</b>	<b>(713.731)</b>	<b>(198.516)</b>	<b>31.756</b>	<b>8.678</b>
	31/12/2013 (reapresentado)							
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pousos e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.008.834	909.403	380.990	335.666	351.992	12.513	25.673	6.240
Custo dos Serviços Prestados	(46.306)	(835.637)	(230.068)	(510.123)	(430.541)	(148.541)	(5.682)	(715)
<b>Lucro Operacional do Exercício</b>	<b>962.528</b>	<b>73.766</b>	<b>150.922</b>	<b>(174.458)</b>	<b>(89.549)</b>	<b>(136.028)</b>	<b>19.991</b>	<b>5.525</b>
Despesas	(19.570)	(353.156)	(97.231)	(215.588)	(181.955)	(62.776)	(2.401)	(302)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.733)	(411.026)	(151.773)	(258.124)	(303.559)	(82.677)	(3.510)	(292)
<b>Prejuízo Operacional do Exercício</b>	<b>926.225</b>	<b>(690.416)</b>	<b>(98.082)</b>	<b>(648.169)</b>	<b>(564.063)</b>	<b>(281.481)</b>	<b>14.080</b>	<b>4.931</b>
	01/01/2013 (reapresentado)							
	Comerciais	Embarque	Armazenagem e Capatazia	Pousos e Permanência	Comunicação e Auxílio à Navegação Aérea	Exploração de Serviços	Conexão	Cursos e Treinamentos
Receita Líquida	1.285.578	1.196.429	783.218	489.324	308.679	37.721	14.337	830
Custo dos Serviços Prestados	(53.495)	(972.953)	(435.498)	(658.929)	(398.382)	(160.905)	(6.616)	(391)
<b>Lucro Operacional do Exercício</b>	<b>1.232.083</b>	<b>223.476</b>	<b>347.720</b>	<b>(169.605)</b>	<b>(89.702)</b>	<b>(123.184)</b>	<b>7.721</b>	<b>439</b>
Despesas	(17.132)	(311.590)	(139.469)	(211.023)	(127.583)	(51.530)	(2.119)	(125)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.866)	(63.418)	(33.555)	(39.972)	(34.558)	(11.689)	(313)	(11)
<b>Lucro Operacional do Exercício</b>	<b>1.212.085</b>	<b>(151.532)</b>	<b>174.696</b>	<b>(420.600)</b>	<b>(251.843)</b>	<b>(186.403)</b>	<b>5.288</b>	<b>303</b>

#### Nota 24 – Recursos Aplicados em Bens da União

Os investimentos realizados em bens da União são considerados, para efeitos contábeis e fiscais, como despesa, com base no Parecer CST/SIPR nº 2.100/1980, confirmado pela Decisão nº 121/1995 da 1ª RF-DISIT, da Secretaria da Receita Federal, vez que os aeroportos são bens públicos pertencentes à União (Art. 38 do Código Brasileiro de Aeronáutica, Lei nº 7.565, de 19/12/1986). No exercício de 2014 foram aplicados R\$ 1.197.121 mil. Objetivando demonstrar, com maior clareza, o Resultado Operacional do Exercício, este item apresenta-se imediatamente antes do Resultado Líquido do Exercício.

#### Nota 25 – Investimentos Realizados

A Infraero realizou em 2014 investimentos no montante de R\$ 2.184.780 mil, sendo R\$ 1.197.073 mil em obras e serviços de engenharia, R\$ 760.269 mil em aportes nas SPE's e R\$ 227.438 mil em equipamentos, terrenos, móveis e utensílios

O quadro a seguir destaca os principais investimentos realizados em 2014, constantes no Orçamento de Investimento da Infraero, parte integrante da Lei Orçamentária Anual:

a) Obras e Serviços de Engenharia	31/12/2014
<b>AVIAÇÃO CIVIL</b>	
Adequação do Aeroporto de Goiânia (GO)	192.937
Construção de Terminal de Passageiros no Aeroporto Internacional de Macapá - Alberto Alcolumbre (AP)	43
Construção do Sistema de Pista, Pátio e Acessos do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN)	5.025
Construção do Terminal de Passageiros, de Sistema de Pistas e Pátios, de Estacionamento de Veículos e Acesso Viário no Aeroporto Internacional de Florianópolis/Hercílio Luz (SC)	34.802
Adequação do Aeroporto Internacional de Curitiba - Afonso Pena (PR)	80.902
Adequação do Aeroporto Internacional de Vitória - Eunice de Aguiar Salles (ES)	17.211
Adequação do Terminal de Passageiros do Aeroporto Internacional de Cuiabá - Marechal Rondon (MT)	38.633
Adequação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos (SP)	3.585
Adequação do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Antônio Carlos Jobim (RJ)	77.294
Adequação do Aeroporto Internacional Marechal Cunha Machado - São Luis (MA)	6.392
Reforma e Adequação do Terminal de Passageiros 1 do Aeroporto Internacional de Manaus - Eduardo Gomes (AM)	100.561
Adequação do Aeroporto Internacional de Confins/Tancredo Neves (MG)	121.329
Construção do Terminal de Passageiros 2 do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins (CE)	10.903
Adequação do Aeroporto Internacional de Salvador - Dep. Luis Eduardo Magalhães (BA)	38.738
Adequação do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho (RS)	88.237
Ampliação da Infraestrutura do Aeroporto de Aracaju (SE)	158
Adequação do Aeroporto de Macaé (RJ)	11.656
Manutenção da Infraestrutura Aeroportuária	337.430
Manutenção dos Sistemas de Proteção ao Voo	31.236
<b>Total</b>	<b>1.197.073</b>
b) Investimentos nas SPE's	31/12/2014
<b>APORTES NAS SPE'S</b>	
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Inframerica Concessionária do Aeroporto de Brasília S.A.	176.133
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.	277.957
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Aerobrasil - Confins S.A.	129.100
Aporte de Capital Relativo à Infraero - Consórcio Aeroportos do Futuro S.A.	177.079
<b>Total</b>	<b>760.269</b>

#### c) Equipamentos, Móveis e Utensílios

	31/12/2014
Equipamento de Audio, Video e Comunicação	2.839
Equipamento de Bagagens	1.052
Equipamento de Energia	1.220
Equipamento de Manutenção	3.555
Equipamento de Refrigeração	1.133
Equipamento de Informática	9.585
Equipamento do Teca	2.643
Imobilizado em Andamento	12.868
Instalações e Benfeitorias	16.992
Móveis e Utensílios	5.220
Outros Equipamentos	5.307
Segurança e Vigilância	22.326
Equipamento de navegação aérea	107
Equipamento de resgate e salvamento	106.710
Importações em andamento	12.198
Veículos	23.684
<b>Total</b>	<b>227.438</b>

#### Nota 26 – Novo Modelo Organizacional

A Infraero iniciou o processo de revisão do seu modelo organizacional buscando adotar as melhores práticas de gestão do mercado de modo a adequar seus resultados financeiros, reduzir custos operacionais, além de estar apta para competir no novo cenário concorrencial.

Esse novo modelo define novos papéis para o Centro Corporativo (Sede), Centros de Suporte Técnico Administrativo (Superintendências Regionais) e Centros de Negócios (Aeroportos). O modelo proposto estabelece três níveis de governança:

- ✓ Centro Corporativo - responsável pela gestão estratégica, normatização e monitoramento do desempenho.
- ✓ Centro de Suporte Técnico Administrativo - unidades responsáveis por serviços compartilhados de natureza transacional, nas funções administrativa, financeira e técnica, em apoio ao Centro Corporativo e aos Centros de Negócios.
- ✓ Centro de Negócio - unidades responsáveis pelas funções finalísticas, com autonomia de recursos e responsabilidade pelos resultados.

Este novo modelo de Centros de Suporte tem como objetivo estabelecer processos mais ágeis na prestação dos serviços aos Centros de Negócios, reduzindo o tempo de resposta mediante a aproximação organizacional entre as unidades corporativas e as de suporte, além de permitir o monitoramento dos Acordos de Nível de Serviços - ANS pela cadeia sistêmica, no contexto do Comitê de Gestão de Processos - COGEP, órgão executivo de suporte à Diretoria Executiva.

Nesse contexto, está prevista a revisão do quantitativo das funções de confiança a ser efetivado em 2015.

Brasília (DF), 24 de março de 201

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

 Presidente  
**GUILHERME WALDER MORA RAMALHO**

CONSELHEIROS

<b>ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE</b>	<b>RAFAEL RODRIGUES FILHO</b>
<b>MARIO JOSÉ SOARES ESTEVES FILHO</b>	<b>LICINIO VELASCO JUNIOR</b>
<b>CELIO ALBERTO BARROS DE LIMA</b>	<b>FERNANDA CARDOSO AMADO</b>

**CONSELHO FISCAL**

 Presidente: **SERGIO CRUZ**  
 Membro: **NELSON EDMUNDO FORTE FERNANDES DE NEGREIROS DEODATO FILHO**  
 Membro: **SHEILA BENJUINO DE CARVALHO**
**DIRETORIA EXECUTIVA**
**ANTONIO GUSTAVO MATOS DO VALE**  
 Presidente

<b>GERALDO MOREIRA NEVES</b> Diretor de Gestão Operacional e de Navegação Aérea	<b>ANDRÉ LUIS MARQUES DE BARROS</b> Diretor Comercial e de Logística de Cargas
<b>MAURO ROBERTO PACHECO DE LIMA</b> Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica	<b>ADILSON TEIXEIRA LIMA</b> Diretor de Engenharia e Meio Ambiente
<b>JOSÉ IRENALDO LEITE DE ATAÍDE</b> Diretor Financeiro e de Serviços Compartilhados	<b>FRANCISCO JOSÉ DE SIQUEIRA</b> Diretor Jurídico e de Assuntos Regulatórios

**MARÇAL RODRIGUES GOULART**  
 Diretor de Aeroportos

**KEITE DE SOUSA VIANA PRAZER**  
 Gerente de Contabilidade e Custos  
 CRC – DF 011692/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, em reunião realizada nesta data, de conformidade com os incisos II e VII, do art. 163 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.1976, considerando o Relatório Anual referente ao Exercício de 2014, composto pelo Relatório de Administração, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas, devidamente auditadas pela Auditoria Interna e pela Independente, ciente das ressalvas e ênfases constantes do Parecer da BDO RCS Auditores Independentes SS e da Auditoria Interna, bem como das providências que estão sendo adotadas para suas regularizações, entende que os referidos documentos retratam a situação patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2014, estando em condições de serem submetidos à Assembleia Geral.

Brasília (DF), 24 de março de 2015

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

 Aos Administradores e Conselheiros da  
**Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero**  
 Brasília – DF

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração da Companhia sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 14, a Companhia encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências Passivas relativo a processos administrativos (contencioso extrajudicial), visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25) e referente aos depósitos judiciais registrados para fazer face a tais processos judiciais e administrativos. Em função do atual estágio deste processo, não é possível concluir sobre a adequação das provisões para contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014, nos montantes de R\$204.402 mil e R\$220.814 mil, respectivamente, bem como seus possíveis reflexos no resultado e efeitos tributários.

**Opinião**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero em 31 de dezembro de 2014, o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfases**

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 c), a Companhia não recolhe aos Cofres Municipais onde administra aeroportos, o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, por prestar em nome da União um serviços público Federal. A tese da imunidade tributária tem sido acolhida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), razão pela qual a Diretoria Executiva, respaldada na avaliação dos advogados da Companhia avaliando que o risco de perda destas demandas judiciais é remoto, decidiu não constituir nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2014. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Conforme descrito na nota explicativa nº 16, a Companhia mantém registrado em contas de compensação os investimentos

realizados em bens móveis e imóveis de propriedade da União que são considerados necessários a execução e manutenção das atividades aeroportuárias que em 31 de dezembro de 2014, monta R\$11.625.934 mil. Esses ativos são de propriedade da União, que a qualquer momento pode exigir que a Companhia devolva os mesmos ou transfira-os a iniciativa privada. A Companhia não registra tais investimentos no Ativo Imobilizado, pois neste momento considera que os ativos não geram benefício econômico futuro, conforme previsto no CPC 27. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Entretanto, o Governo Federal, o qual é responsável por aportes para suprir as necessidades financeiras da Companhia, realizou a concessão de aeroportos que impactaram de forma significativa nos resultados da Companhia, gerando deficiência de capital de giro, e elevação da participação de capital dos seus acionistas. O plano da Administração da Companhia, parcialmente apresentado na nota explicativa nº 26, em conjunto com seu acionista controlador, consiste em providências para a reestruturação de suas operações, visando ao reequilíbrio econômico, financeiro e operacional, à melhoria da geração de fluxos de caixa. Ademais, a Companhia, possui dependência financeira de seu acionista controlador, e evidente necessidade de ingresso de novos recursos. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar em operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a investida, Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., a qual elaborou as demonstrações contábeis no pressuposto da continuidade dos negócios e, em 31 de dezembro de 2014, apresenta capital circulante líquido negativo em R\$938.455 mil devido, principalmente, a parcela de curto prazo da outorga a pagar. A Administração da investida considera que, além do fluxo de caixa das operações projetados para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, bem como o restabelecimento do capital circulante líquido. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a Investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A. em 31 de dezembro de 2014, onde as demonstrações contábeis foram alteradas e reapresentadas para refletir a mudança de prática contábil adotada para o registro da capitalização da atualização monetária sobre a outorga desde o início da concessão em 2012. Como resultado dessa mudança a investida alterou os critérios dos registros contábeis e ajustou os cálculos referentes à recomposição da atualização do valor presente e atualização pelo índice IPCA da outorga, cujos efeitos foram reconhecidos desde o início da concessão e consequentemente o investimento e o resultado de equivalência patrimonial na Infraero foram alterados e estão sendo reapresentados conforme nota explicativa nº 3. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Outros assuntos**

As demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram examinadas por nós, que emitimos relatório em 19 de março de 2014, contendo ressalva quanto ao não acesso à administração e auditores do Investimento da SPE da Inframérica Concessionária do Aeroporto de Brasília, quanto à avaliação e adequação dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências e quanto ao CPC 33 R1 referente a provisão do benefício pós emprego provisionado integralmente, retrospectivamente.

Brasília, 24 de março de 2015.


**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 013846/O-1 – S – DF**

**Alfredo Ferreira Marques Filho**  
 Contador CRC 1 SP 154954/O-3 – S – DF

**Fernando Eduardo Ramos dos Santos**  
 Contador CRC 1 GO 014553/O-S-DF